



II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas

“O que Temos e o que Queremos?”

RELATÓRIO FINAL

Redigido por Giovanna Puosso Labbate

Campinas, novembro de 2019

LISTA DE SIGLAS

CAISAN – Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEASA – Centrais de Abastecimento de Campinas S.A
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
COMSAN – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável
CONSEA SP – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de São Paulo
DSAN – Departamento de Segurança Alimentar
EAN – Educação Alimentar e Nutricional
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
ISA – Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação
ITAL – Instituto Tecnológico de Alimentos
LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
NEPA – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação
PMC – Prefeitura Municipal de Campinas
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
SIM – Sistema de Inspeção Municipal
SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMASDH – Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos
SME – Secretaria Municipal de Educação
SMS – Secretaria Municipal de Saúde
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Apresentação Palestra Magna **“Perspectivas, Avanços e Desafios da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Campinas/SP”**

Anexo II – Regimento interno

Anexo III – Apresentação Palestra **“Agricultura Urbana e Periurbana e as Políticas Públicas: Em que momento estamos? Qual o futuro?”**

Anexo IV – Apresentação Palestra **“Educação Alimentar e Nutricional: diálogos e convergências com a Segurança Alimentar e Nutricional”**

Anexo V – Apresentação Palestra **“Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda”**

Anexo VI – Apresentação Diagnóstico **“Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas”** (em construção)

Anexo VII – Deliberações

Anexo VIII – Ficha de Avaliação

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Cláudia da Silva Reis – Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – SMASDH

Bruna Saleh de Angelis – Banco de Alimentos

Celina da Costa Dias Silva – Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa

Dag Mendonça Lima – Órgão governamental estadual ligado à área da Segurança Alimentar – UNICAMP

Érik Campos da Silva Ricardo – Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação

Gabriela Kaiser Fullin Castanho – Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – SMASDH

Gisele Freitas Vilela – Órgão governamental federal ligado à área de Segurança Alimentar – EMBRAPA

Juliana Segato de Carvalho – Centro de Orientação Familiar

Leniter Sartori – SANASA

Márcia Rosane Marques – Sindicato Rural de Campinas

Maria Carolina Loureiro Becaro – Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação

Mariana Maia – Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – SMASDH

Regina Cardoso Pereira – Movimento Assistencial Espírita Maria Rosa

Reuber Luis Boschini – Centro de Orientação Familiar

APOIADORES

Cynthia Baú Betim Cazarin – Órgão governamental estadual ligado à área da Segurança Alimentar – UNICAMP

Cleonice de Lourdes Ervolino Mendes – Comitê de Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil

Cristiani Kano – Órgão governamental federal ligado à área de Segurança Alimentar – EMBRAPA

Giovanna Puosso Labbate – Departamento de Operações da Assistência Social – SMASDH

Luis Fernando Amaral Binda – Sindicato Rural de Campinas

Maria da Consolação Silva dos Santos – Pastoral da Criança da Arquidiocese de Campinas

Maria das Graças Barbosa Reis – Pastoral da Criança da Arquidiocese de Campinas

Maria Helena Antonicelli – Secretaria Municipal de Educação

Mirela Lourencini Holanda – Secretaria Municipal de Saúde

Rosane de Arazão – Comitê de Cidadania dos Funcionários do Banco do Brasil

Vera Maria Gurgel do Amaral – Secretaria Municipal de Educação

SOBRE A CONFERÊNCIA

Organizada pelo Conselho Municipal de Segurança Alimentar (COMSAN), com apoio do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), a **II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas**, doravante denominada Conferência para fins deste relato, trouxe como tema “**O que Temos e o que Queremos?**” e ocorreu nos dias 17 e 18 de outubro de 2019, na sede do Instituto de Tecnologia de Alimentos (ITAL), com a seguinte programação:

17 de outubro	18 de outubro
13h30 – Boas vindas 14h – Mesa de Abertura 14h30 – Palestra Magna 15h – Leitura e Aprovação do Regimento 16h – Encerramento	8h – Boas vindas 8h30 – Mesa redonda 10h – Intervalo / Café 10h30 – Apresentação do Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Campinas 11h – Debate 12h – Almoço 13h – Discussão por Eixos 15h – Plenária 16h – Encerramento

As discussões foram organizadas a partir dos 8 desafios propostos no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016 – 2019 nos seguintes eixos:

- I. Acesso ao alimento;
- II. Produção e abastecimento de alimentos;
- III. Educação alimentar e nutricional.

Foram abordadas questões relacionadas à interlocução entre programas sociais e o combate à fome; diretrizes da educação alimentar e nutricional dentro do Sistema Público de Segurança Alimentar e Nutricional, e os caminhos para a conscientizar a população sobre uma melhor alimentação.

Inscreveram-se para participar da Conferência 238 pessoas, sendo: 32% estudantes, 23% trabalhadores da política de assistência social, 16% representantes de organizações atuantes na política de segurança alimentar, 11% trabalhadores da política de saúde e educação, 10% representantes da sociedade civil (usuários e associações), 4% profissionais de outro município, 4% não informado.

DIA 17 DE OUTUBRO DE 2019

PROGRAMAÇÃO

13h30 – Boas vindas

14h – Mesa de Abertura

14h30 – Palestra Magna

15h – Leitura e Aprovação do Regimento

16h – Encerramento

BOAS VINDAS

Inicia-se a II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com a exposição de seu objetivo geral e específicos:

Objetivo geral: levantar propostas para a efetivação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Objetivos específicos:

- Discutir as ameaças e perspectivas para garantia do Direito Humano à Alimentação e Nutrição a todos os munícipes;
- Assegurar a participação geral da sociedade civil em conjunto com o poder público na discussão da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas;
- Difundir e discutir o Plano Nacional e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Apresentar a construção do diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional do município de Campinas.

Em seguida, saúda-se as autoridades presentes, a saber:

Eliane Jocelaine Pereira – Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos e representante do Prefeito Jonas Donizette.

Tânia Maria de Cássia Marcucci Oliveira – representando a Secretaria Municipal de Saúde

Maria Helena Antonicelli – Coordenadora Setorial de Nutrição – Secretaria Municipal de Educação

Janete Valente – Coordenadora do Plano Municipal pela Primeira Infância

Silvia Henrique de Campos – Universidade Metrocamp

Wagner Beline – Secretaria do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Filipe Batista Marchesi – Vereador

E agradece-se:

A **Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos** e ao **Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional** pelo engajamento;

A **empresa de João Benassi** pela doação dos alimentos para o café e itens para a decoração do evento;

Ao senhor Matusalém pelo apoio e organização dos alimentos para a mesa do café;

Ao **ITAL** por ceder o espaço para realização do evento;

Aos membros do **CONSAM** e **CAISAN** pelo empenho e comprometimento;

A Giovanna Puosso Labbate por realizar a relatoria geral da conferência;

Aos usuários que se dedicam a construção e aperfeiçoamento desta política no município.

MESA DE ABERTURA

Para compor a mesa de abertura são convidadas as Sras. **Eliane Jocelaine Pereira** – Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos; **Shirley Maria da Silva** – Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA SP; e **Maria Carolina Loureiro Becaro** – Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSAN) de Campinas.

Após a composição da mesa de abertura, executa-se o Hino Nacional.

Em seu discurso, a presidente do COMSAN destaca a implantação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 1993; a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014; a instituição do Conselho Municipal em 2003 e sua reorganização em 2018; o processo de elaboração do diagnóstico de segurança alimentar e nutricional no município (em andamento); a importância de todas as políticas sociais no combate à fome e na garantia à alimentação com dignidade; e declara aberta a II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas.

Shirley fala sobre os desafios postos para 2020 e a corresponsabilidade da sociedade civil (institutos, OSC, população) em garantir a alimentação com dignidade e a efetivação das políticas públicas. Deseja um dia diálogo e indicação de propostas para o plano municipal.

A secretária Eliane Jocelaine ressalta a importância do debate acerca das políticas públicas, de forma transversal e intersetorial, para o enfrentamento dos desafios, especialmente no cenário atual de aumento da desigualdade social. Parabeniza a gestão atual e anterior do Conselho Municipal de SAN pelos resultados alcançados até o momento e a comissão organizadora pela realização da Conferência. Agradece a participação dos profissionais e usuários, a parceria das outras Secretarias e o apoio do CONSEAS SP ao município.

Logo após, a Secretária assina o termo de adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), declarando o compromisso de elaboração do plano municipal no prazo de até 12 meses, e Shirley lê o parecer do Conselho Estadual sobre a adesão do município de Campinas, valorizando a performance e comprometimento do município com a política de Segurança Alimentar.

PALESTRA MAGNA

A palestra magna com o tema “**Perspectivas, Avanços e Desafios da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – Campinas/SP**” é ministrada pela secretária Eliane Jocelaine Pereira. A seguir, destaca-se alguns aspectos de sua apresentação (ANEXO I):

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome devido a instituição de políticas de segurança alimentar e nutricional e benefícios socioassistenciais de transferência de renda como, o Programa Bolsa Família. Atualmente o Brasil (re)vive um contexto de insegurança alimentar e, de acordo com a FAO, pode retornar para o mapa da fome caso não invista em políticas de segurança alimentar e nutricional.

Alcançado o *status* de política pública e o reconhecimento social e constitucional do direito humano à alimentação adequada, precisamos avançar na compreensão das diversidades e diferenças entre as pessoas, na igualdade, e ultrapassar a fragmentação institucional da proteção social no Brasil para alcançar uma política pública interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial.

Campinas desenvolveu programas e projetos no âmbito da Segurança Alimentar antes do surgimento da Política de Segurança Alimentar, sendo um município progressista. Ao longo dos anos, o município progrediu com a:

- Cooperação entre os serviços da Administração Pública e equipamentos da Sociedade Civil;
- Criação do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional na SMASDH/PMC;
- Criação da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Reformulação do Conselho Municipal, de acordo com a LOSAN;
- Criação do Programa Nutrir Campinas e Cidade Apetitosa;
- Instituição de um comitê para elaboração de diagnóstico da SAN no município;
- Proposta de criação do Observatório de SAN;
- Realização da I Conferência Municipal de SAN em 2015;
- Instituição da CAISAN Municipal;
- Integração das ações de Segurança Alimentar, Assistência Social, Educação e Saúde;
- Implementação da política de valorização da alimentação escolar;
- Criação de um programa específico para amamentação;
- Realização de eventos e ações na semana em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação;
- Adesão ao SISAN.

Para 2020, a perspectiva é de elaboração do Plano Municipal, de forma participativa, intersetorial, com apontamentos de ações que levem a efetividade das políticas públicas de SAN e o impacto positivo na vida dos cidadãos.

Desse modo, constituem-se como desafios a:

- Promoção da intersetorialidade e superação da lógica setorial e fragmentada, com vistas a um equilíbrio e integralidade das políticas sociais.
- Planejamento integrado
- Avaliação da efetividade e impacto da política de Segurança Alimentar

- Ampliação de investimentos na política de Segurança Alimentar (articulação entre orçamento e gestão)
- Construção de um sistema de monitoramento integrado
- Ampliação do escopo do debate no âmbito do CONSEAS

LEITURA E APROVAÇÃO DO REGIMENTO

Para compor a mesa de leitura e aprovação do regimento interno da II Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional são chamadas as senhoras **Maria Carolina Becaro**, presidente do COMSAN, e **Ana Cláudia da Silva Reis**, membro da comissão organizadora, e os senhores **Matheus Ifanger Albrecht** e **Leonardo Duarte Bastos**, membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas.

Ana Cláudia expressa que a minuta do Regimento Interno foi enviada por e-mail para todos os inscritos no dia 15 de outubro de 2019 e será projetada no telão para os participantes acompanharem sua leitura.

Leonardo explica que as pessoas que queiram sugerir mudanças no texto devem levantar sua mão e solicitar destaque, mencionando seu nome. Após a leitura de todo o documento, os destaques serão apreciados e votados. Ao final, o Regimento será aprovado pela plenária.

Não houve dúvidas, destaques ou qualquer outra manifestação, e o regimento foi aprovado, pela maioria por contraste, em seu texto original (ANEXO II).

Isto posto, a mesa deu por encerrada as atividades do dia.

DIA 18 DE OUTUBRO DE 2019

PROGRAMAÇÃO

Período da manhã

8h – Boas vindas

8h30 – Mesa redonda

10h – Intervalo / Café

10h30 – Apresentação do Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Campinas

11h – Debate

Período da tarde

13h – Discussão por Eixos

15h – Plenária

16h – Encerramento

BOAS VINDAS

A presidente do COMSAN, **Maria Carolina Becaro**, inicia informando aos participantes a programação do dia e repassando algumas orientações:

- Respeito aos horários de retorno do intervalo e almoço para não atrasar os trabalhos do dia;
- Na pasta consta a sugestão de restaurantes para os participantes almoçarem;
- Os trabalhos do período da tarde serão iniciados às 13 horas, diretamente nas salas de discussão de cada eixo.

Posteriormente, convida a **Dra. Ana Clara Duran**, pesquisadora do NEPA/UNICAMP para mediar a Mesa Redonda.

MESA REDONDA

A mediadora da mesa Dra. Ana Clara Duran, chama para compor a mesa os palestrantes: **Kelliane Fuscaldi**, Coordenadora Geral de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana / Ministério da Cidadania; **Paulo Cesar Castro Junior**, professor adjunto do Instituto de Nutrição Josué de Castro/ UFRJ; e **Gisleide Abreu**, diretora da área de Vigilância Socioassistencial da SMASDH/PMC.

A seguir, descreve-se os principais pontos de cada palestra:

Palestra: **“Agricultura Urbana e Periurbana e as Políticas Públicas: Em que momento estamos? Qual o futuro?”** ministrada por Kelliane Fuscaldi (ANEXO III)

Com a mudança de Governo, em 2019, houve uma reorganização da estrutura do Governo Federal e os Ministérios do Desenvolvimento Social, Cultura e Esportes, foram unificados na pasta Ministério da Cidadania, e a Política de Segurança Alimentar e Nutricional ficou ligada à **Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Rural (SEISP)**, cuja atuação ocorre em 3 grandes áreas:

1. Fomento à Inclusão Social e Produtiva Rural
2. Compras Públicas para Inclusão Social e Produtiva Rural
3. Estruturação de Equipamentos Públicos para Promoção da Alimentação Saudável

A palestrante apresenta alguns dados que comprovam a necessidade das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional e de ações integradas às demais agendas estratégicas do Ministério da Cidadania como, Programa Criança Feliz e Estação Cidadania, priorizando o público do Cadastro Único.

Destaca o **Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana** lançado em 2018 e alguns projetos e ações em andamento como, a criação da **Plataforma Online de Agricultura Urbana** com o mapeamento das áreas de agricultura urbana das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal e o

Projeto (piloto) Hortas Pedagógicas em escolas do Estado do Maranhão e Piauí, podendo ser ampliado para outros equipamentos públicos como CRAS, CRERAS, UBS e comunidades terapêuticas.

Palestra: “**Educação Alimentar e Nutricional: diálogos e convergências com a Segurança Alimentar e Nutricional**” ministrada por Paulo Cesar Castro Junior (ANEXO IV)

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis e, portanto, constitui-se em uma estratégia para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

O *Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas* (2012) define nove princípios para nortear as práticas de EAN:

1. Sustentabilidade social, ambiental e econômica
2. Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade
3. Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas
4. A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória
5. A Promoção do autocuidado e da autonomia
6. A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos
7. A diversidade nos cenários de prática
8. Intersetorialidade
9. Planejamento, avaliação e monitoramento das ações

Enquanto política pública, a EAN pode ocorrer em diversos setores e deverá observar os princípios organizativos e doutrinários do campo no qual está inserida. Assim, na esfera da segurança alimentar e nutricional, deverá observar os princípios do SISAN; na saúde, os princípios do SUS; na educação, os princípios da PNAE; na rede socioassistencial, os princípios do SUAS; e assim sucessivamente.

Em seguida, o palestrante descreve algumas experiências de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional, com destaque para o **Movimento “Comer, pra quê?”**, cujo objetivo é desenvolver estratégias educativas e de mobilização sobre alimentação para o público jovem; e a “**Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável**”, uma organização da sociedade civil de interesse público, que desenvolve ações e campanhas coletivas na perspectiva da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada. Mais informações podem ser acessadas através do link <https://alimentacaosaudavel.org.br/>

Por fim, elenca como desafios da EAN: difundir o guia alimentar; ressignificar a culinária; promover uma educação problematizadora; e abordar diferentes aspectos do sistema alimentar.

Palestra: “**Cadastro Único e Programas de Transferência de Renda**” ministrada por Gisleide Abreu (ANEXO V)

A fome está relacionada a produção insuficiente de alimentos, desigualdade na distribuição dos alimentos e acesso aos alimentos, sendo que este último está relacionado diretamente ao acesso à renda. Historicamente, Campinas foi pioneira neste campo ao implantar o programa renda mínima em 1995, cujo público alvo eram famílias com crianças em situação de desnutrição. Posteriormente, em 2001 o Governo Federal lançou o Programa Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, os quais foram unificados ao Programa Bolsa Família, ampliando a capacidade e acesso das famílias, de 3.000 para 30.000 famílias atendidas.

Em seguida, apresenta-se dados do município como, número de habitantes e IDHM, os quais demonstram as desigualdades, em especial de renda per capita. Neste sentido, os dados do Cadastro Único referentes ao Brasil, Estado de São Paulo e Campinas são comparados, demonstrando que 45% das famílias cadastradas se encontram em situação de extrema pobreza (renda per capita inferior a R\$ 89,00) no município, similarmente a realidade nacional de 47%.

O **Cadastro Único** é a porta de entrada para os Programas Sociais como, o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e o **Programa Nutrir Campinas**. Quanto a este último, são atendidas 5.527 famílias com renda familiar média de R\$ 162,90, as quais também são atendidas por outros programas, serviços e benefícios.

Considerando que a pobreza e a desigualdade são fenômenos complexos e multidimensionais, a articulação entre as políticas públicas (intersectorialidade) constitui-se em um desafio, somado ao tempo de permanência nos programas sociais.

Palestra: “**Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Campinas**” ministrada por Dag Mendonça Lima (ANEXO VI).

Primeiramente, Dag explica que, em 2018, o Conselho Municipal propôs mapear e reconhecer as ações realizadas em segurança alimentar e nutricional no município, favorecendo parcerias e ações integradas. Neste contexto surge o tema da II Conferência: “*O que temos e o que queremos?*”. Ressalta que o Diagnóstico está em processo de construção, sendo elaborado por várias pessoas, com informações de diferentes áreas. Portanto, será apresentado os dados coletados e trabalhados até o momento em 7 dimensões:

Saúde: mortalidade infantil;

Educação: taxa de escolarização e estado nutricional das crianças atendidas pelo PNAE;

Produção Rural ou Urbana de Alimentos e Meio Ambiente: produção municipal de olerícolas, grãos, frutas, café e cana, pecuária em 2016, 2017 e 2018; número de hortas escolares e hortas comunitárias;

Acesso aos alimentos (Abastecimento e Meio Ambiente): número de feiras livres, noturnas, orgânicas, mercados públicos, CEASA.

Assistência social: número de beneficiário do Programa Bolsa Família, Renda Cidadã e Ação Jovem;

Programa alimentar em caráter suplementar ou emergencial: Alimentação Escolar, Programa Nutrir Campinas, Nutrir Emergencial, Programa de Aquisição de Alimentos e Restaurante Popular – Bom Prato;

Consumo, orçamento das ações e programas de SAN: quantidade de ações desenvolvidas no âmbito da alimentação escolar, secretaria de saúde e departamento de segurança alimentar e nutricional/SMASDH.

Como próximos passos estão a tabulação e análise dos dados coletados, construção, publicação e divulgação do diagnóstico. Além disso, a criação do Observatório Municipal de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional.

Após as exposições, os participantes realizaram apontamentos e fizeram perguntas aos palestrantes, conforme síntese a seguir:

➤ **Como podemos melhor envolver as escolas neste debate? Fortalecendo os grêmios?**

Para Gisleide, a articulação em rede é uma estratégia potente, sendo necessário investirmos na intersetorialidade e no desenvolvimento de ações integradas para avançar na discussão. O Cadastro Único é uma ferramenta potencial que permite mapear onde as crianças e adolescentes estão, em qual território, em quais escolas, indicando as áreas de vulnerabilidade para realização de intervenções.

Sobre a interface com as escolas na execução do Projeto Hortas Pedagógicas, Kelliane expressa que as escolas sinalizaram como entrave não ter um profissional com conhecimento técnico para acompanhar a evolução e crescimento da horta, a qual requer cuidados diários. O projeto busca trabalhar com a escola o protagonismo dos alunos como, corresponsáveis pelos cuidados da horta, entretanto outra dificuldade apontada refere-se ao projeto ficar sob a coordenação de um professor específico que, quando se desliga da escola, a horta também finda. Neste sentido, tem-se pensado em estabelecer parceria com universidades e comércio do entorno.

Dag identifica como outro desafio o cuidado da horta durante o período de férias escolar. Pensa que a colaboração entre as instituições do município é primordial para efetivação e sustentação das ações em segurança alimentar.

Paulo pensa que as ações locais devem ser trabalhadas de forma territorializada, considerando as demandas e lacunas do território, pois, sendo uma demanda territorial, há maior adesão da população. Entende ser importante dialogar sobre a Alimentação Saudável da escola com os atores do ambiente escolar e, cuidando para não atribuir mais tarefas às escolas, implementar as ações de segurança alimentar e nutricional na rotina escolar e na grade curricular de forma transversal. Recomenda o material desenvolvido

pelo Coordenação de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde sobre ações educativas dentro do ambiente escolar para diferentes faixas etárias.

➤ **Qual o debate que se tem feito dentro da Coordenadoria e do Ministério da Cidadania com relação a extinção dos Conselhos Federais, especificamente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)? Como estão pensando o espaço de participação da população na política daqui para frente?**

Kelliane contextualiza que a o CONSEA foi extinto por um decreto presidencial, portanto trata-se de uma ação de Governo, fora da governabilidade da Coordenadoria ou do Ministério. Entretanto, a Coordenadoria / Ministério está buscando reestruturar a CAISAN para dialogar com a sociedade civil e outros órgãos do governo.

Para Paulo, embora o Conselho Nacional tenha sido extinto, a resistência local é fundamental. Lembrando que a sociedade civil continua se organizando e realizará a Conferência Popular de Segurança Alimentar e Nutricional em março de 2020. Assim como a marcha das margaridas, que lutou pelos direitos das mulheres, em 2020, pretende-se lutar nas ruas pelos direitos à segurança alimentar e nutricional.

➤ **Qual o debate para dentro da Coordenadoria / Ministério sobre o aumento da liberação dos agrotóxicos?**

Kelliane explica que a pauta do agrotóxico está vinculada ao Ministério de Agricultura. Contudo, compreende que os agentes locais podem contribuir com a fiscalização e denunciar em caso de uso irregular do agrotóxico.

➤ **Quais os conceitos educativos e pedagógicas do Projeto Hortas Pedagógicas?**

Quanto ao Projeto Hortas Pedagógicas, busca-se promover práticas e uma produção agroecológica. Dada a pouca experiência no campo, os conceitos pedagógicos se basearam em práticas já adotadas por professores, sendo um aspecto a ser aprimorado nas próximas etapas do projeto.

➤ **Quando se fala em acesso à alimentação, também se considera critérios de qualidade?**

Carol trabalha no ISA e afirmar que a qualidade da mercadoria com que trabalham é controlada uma vez que recebem produtos, somente, dos permissionários da CEASA que, por sua vez, trabalha com rastreabilidade de todo alimento que entra na central de abastecimento, realizando o controle dos agrotóxicos e qualidade dos produtos.

➤ **O Brasil é o 4º maior produtor de alimentos e 2º maior exportador do mundo (soja, açúcar e café). Segundo o IBGE, em 2019, o Brasil produzirá 240 milhões de toneladas de alimentos, sendo 92% arroz, milho e soja. Sendo assim, a participante indaga se a fome do país está ligada à uma produção insuficiente ou à escolha dos alimentos produzidos?**

Dag pondera existir uma tendência econômica no sentido desta produção, sendo algo instituído, cabendo à sociedade ser protagonista nesta história e buscar mudar o sistema. Por outro lado, a correlação entre produção e oferta de alimentos não é diretamente proporcional, ou seja, o fato de reduzir a produção destes produtos, não garante a diminuição da fome.

Paulo ressalta que, de fato, o Brasil é um dos maiores produtores de alimento do mundo, tendo um aumento a cada ano, porém trata-se da produção de a soja, milho e cana de açúcar – principais *commodities* agrícolas. Ou seja, a produção não é na perspectiva de alimentar a população, mas na perspectiva do sistema capitalista. Sendo assim, para enfrentar o desafio da fome, temos que enfrentar este sistema hegemônico e pautar / pensar sistemas mais ecológicos.

Carol pondera que muitas pessoas não conseguem se alimentar diariamente, então, para além da questão da produção, precisamos pensar sobre o desperdício, principalmente para o desperdício no município. O ISA recebe 300 toneladas de alimentos que seriam descartadas e, em interface com os serviços dos territórios, distribui estes alimentos às famílias em situação de insegurança alimentar e de vulnerabilidade social.

➤ **A mediadora da mesa, reflete que as feiras, por sua essência, trabalham com produtos orgânicos, diferentemente da rede de mercados e varejos. Como podemos melhor interligar as feiras ao orgânicas, agroecológicas e noturnas, ao acesso aos alimentos, isto é, fazer a ponte entre o produtor e o consumidor.**

Kelliane coloca que a população tem que contribuir e incentivar, escolhendo comprar os produtos dos feirantes e não dos mercados. Exemplifica uma experiência em seu bairro onde, a população se organizou para revitalizar a praça do bairro e abriu o espaço para produtores locais.

Paulo relembra que, além de ter alimentos mais saudáveis, a feira foi o primeiro equipamento de comércio da sociedade, inicialmente por troca de mercadorias, posteriormente através do dinheiro. Valoriza o diagnóstico apresentado, o qual aponta os locais onde acontecem as feiras no município e os locais estratégicos para implantação de novas feiras, especialmente nos bairros mais vulneráveis e periféricos. Dialogar com os feirantes e agricultores para ofertarem preços mais acessíveis nestes locais. Para tanto, se faz importante o incentivo do poder público.

➤ **Uma das maiores dificuldades encontradas para a realização das Hortas Comunitárias refere-se ao adubo orgânico, dado o processo e tempo de preparação (30 dias).**

Kelliane fala que o Projeto das Hortas Pedagógicas prevê oficinas com as crianças, professores e merendeiras, sobre a separação do lixo e o que poderia ir para compostagem. Com isso, espera-se que o adubo para a horta seja derivado / produzido pela própria escola, além de reduzir a produção do lixo.

DISCUSSÃO NOS EIXOS

As discussões foram organizadas em 3 eixos temáticos, a partir dos desafios estabelecidos no Plano Nacional, e conduzidas por dois moderadores e registradas por dois relatores. Ao final, cada eixo deliberou até cinco propostas, as quais foram apresentadas na plenária final a todos os participantes.

Adiante, apresenta-se o resumo / relato dos trabalhos de cada eixo:

➤ **EIXO 1 – ACESSO AO ALIMENTO**

Moderadoras: Bruna Saleh de Angelis e Rosemeire Dejavitte

Relator: Erik Campos

Horário de início dos trabalhos: 13h30

Horário do fim dos trabalhos: 15h20

Número de participantes: 17

Processo de votação: por maioria simples

Os participantes foram divididos em 2 subgrupos de acordo com os seguintes desafios do Plano Nacional:

- Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional
- Combater a insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

Primeiramente, procedeu-se a leitura das propostas indicadas pelos dois subgrupos, para apreciação do outro subgrupo, o qual sugeriu alterações e/ou complementações, resultando em 7 propostas para o eixo. Posteriormente, realizou-se a votação, onde cada participante pode votar em 2 propostas.

Proposta 1: Garantir o acesso ao programa Nutrir de todo o público elegível inscrito no Cadastro Único, conforme critérios de acesso previstos na Lei Municipal 15.017/2015 e Decreto Municipal 18.973/2016 até 2023 e o aumento progressivo do Programa Nutrir até que o mesmo atinja o valor correspondente ao custo da cesta básica, a partir do estudo municipal sobre o tema (votação: 10 pessoas)

Proposta 2: Melhoria da estrutura do Banco de Alimentos para o trabalho executado e criação de um projeto piloto de atendimentos às famílias em insegurança alimentar (votação: 0 pessoas)

Proposta 3: Criação de restaurantes populares municipais contemplando as cinco regiões de Campinas (votação: 1 pessoa / desempate: maioria simples)

Proposta 4: Criação de uma Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com orçamento próprio até 2021. (votação: 8 pessoas)

Proposta 5: Criação de um sistema informatizado incluindo as OSC'S, entidades, movimentos sociais, poder público, que realizam doação de alimentos para famílias em vulnerabilidade social. Sugere-se também, realizar um diagnóstico e mapeamento das instituições quanto ao desperdício para que ele possa ser doado as famílias. (votação: 5 pessoas)

Proposta 6: Capacitação da população e de comunidade tradicionais, tanto do meio rural quanto ao meio urbano, quanto a utilização integral do alimento, com vistas aos excedentes de produção (local, armazéns), etc para agregar valor ao produto final e reduzir o desperdício. (votação: 1 pessoa / desempate: minoria simples)

Proposta 7: Criação de “armazéns locais” distribuídos em regiões de maior vulnerabilidade social, e com produtores locais. O objetivo é a inclusão produtiva local, com a venda de produtos direto do produtor, e que a população local possa adquirir o produto com preço acessível e com desenvolvimento de um selo de qualidade e de origem. Sugere-se a implantação de um projeto piloto (OBS: hortas comunitárias também poderão ser incluídas). (votação: 6 pessoas)

As 5 propostas mais votadas foram:

1. Garantir o acesso ao programa Nutrir de todo o público elegível inscrito no Cadastro Único, conforme critérios de acesso previstos na Lei Municipal 15.017/2015 e Decreto Municipal 18.973/2016 até 2023 e o aumento progressivo do Programa Nutrir até que o mesmo atinja o valor correspondente ao custo da cesta básica, a partir do estudo municipal sobre o tema.
2. Criação de uma Secretaria Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com orçamento próprio até 2021.
3. Criação de um sistema informatizado incluindo as OSC'S, entidades, movimentos sociais, poder público, que realizam doação de alimentos para famílias em vulnerabilidade social.

Sugere-se também, realizar um diagnóstico e mapeamento das instituições quanto ao desperdício para que ele possa ser doado as famílias.

4. Criação de “armazéns locais” distribuídos em regiões de maior vulnerabilidade social, e com produtores locais. O objetivo é a inclusão produtiva local, com a venda de produtos direto do produtor, e que a população local possa adquirir o produto com preço acessível e com desenvolvimento de um selo de qualidade e de origem. Sugere-se a implantação de um projeto piloto (OBS: hortas comunitárias também poderão ser incluídas).
5. Criação de restaurantes populares municipais contemplando as cinco regiões de Campinas.

➤ **EIXO 2 – PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS**

Moderadores: Claudinei Barbosa e Ricardo Munhoz

Relatores: Gisele Freitas Vilela e Dag Mendonça Lima

Horário de início dos trabalhos: 13h30

Horário do fim dos trabalhos: 13h30

Número de participantes: 10

Processo de votação: por maioria simples

Gustavo, do Sítio das Cabras, Comunidade que Sustenta a Agricultura, em Joaquim Egídio, apresentou a seguinte proposta em agroecologia: a Área de Proteção Ambiental (APA) Agroecológica, tornar a APA em sistemas agroecológicos. Descreve estar discutindo esta proposta junto a Secretaria do Verde, para que vire uma política pública na área da APA e o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) remunere os agricultores e considere os Sistemas Agroflorestais (SAFs) como sistemas de plantio. A área da APA tem potencial e há programas municipais para ajudar nisso. Estão apresentando aos demais agricultores. Hoje pagam pela preservação da água.

Os participantes ponderam:

- A ampliação do normativa para uma agricultura por SAFS nas áreas e agroecologia, tornando a APA de Campinas uma área de produção agroecológica;
- O plano de manejo da APA traz algumas limitações para o uso de agrotóxicos;
- Sobre a restrição que os produtores possuem em uso da área por Reserva Legal e Área de Preservação Permanente. Se há uma limitação do uso da superfície, o produtor não deveria ser remunerado por isso;
- A prefeitura já remunera pelos serviços ambientais;
- A função da propriedade rural em serviços ambientais;

- Havia ocupação irregular e abandono de área por falta de opção de produção no último plano diretor de Campinas;
- Campinas é abastecida por 55% de produção do estado de São Paulo e pouco é da região de Campinas;
- Os dados mostram que, nos últimos anos, áreas de agricultura passaram para pasto e criação animal;
- A proposta de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) para agricultura agroecológica como política pública pode ajudar na manutenção das áreas agrícolas em Campinas;
- A Secretaria da Agricultura tem um programa de auxílio para a transição agroecológica, agregando valor à produção. Este protocolo pode somar a esta proposta;
- O município de Louveira auxilia a manutenção dos fruticultores do município;
- A vinculação da proposta ao protocolo de transição agroecológica do Estado;
- A APA de Campinas não tem atualmente atividade agrícola, mas o berço hídrico está na APA.
- A assistência técnica deve estar vinculada, mas há o problema de dificuldades da assistência técnica do Estado.

Posto isso, elabora-se a proposta: tornar a área da APA Campinas uma área produtora de alimentos agroecológicos com direito ao pagamento de serviços ambientais (a serem aperfeiçoados) e ATER institucionalizada pelo município, contemplando as Boas Práticas Agrícolas gratuitas ao produtor rural.

Claudinei apresentou a proposta para promover o uso das Boas Práticas Agrícolas na produção convencional. Através das normativas das boas práticas, mas não chega aos produtores. Ou o município assume este papel pela criação de uma estrutura ou utiliza de outras instituições existentes. Provocar o poder público para a implantação dessas políticas e normativas que já existem. Proposta: O município institucionalize a assistência técnica gratuita ao produtor rural para a implantação das boas práticas agrícolas.

Jorge falou das redes de cooperação de auxílio na implantação da assistência técnica e comercialização que deveriam ser implantadas. Proposta: Que o município busque uma rede de cooperação para assistir ao produtor em toda a cadeia de produção, comercialização e logística.

Claudinei citou a falta de seguro rural para apoiar os produtores rurais e sugere instituir o seguro safra juntamente aos pagamentos de serviços ambientais. Proposta: O seguro safra está atrelado à programação de cultivo da região.

Gustavo citou o destino dos resíduos orgânicos da cidade que poderiam ser destinados para a compostagem. A prefeitura já possui um local e instalações prontas para o funcionamento de uma usina de compostagem do município, mas o empreendimento está impedido de iniciar o funcionamento por embargo da CETESB. Uma vez disponível o material produzido por esta usina de compostagem, que seja priorizado o

destino para os produtores de alimentos sediados no município e em conformidade com as normas técnicas e direcionados pela assistência técnica.

Claudinei expõe a dificuldade de cadastramento dos agricultores pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por falta de capacitação dos produtores.

Gustavo exemplifica que a experiência da cidade de Colatina-ES e do governo do Paraná para a realização das compras públicas por grupos de produtores.

Proposta: Capacitar os produtores nas modalidades de aquisições públicas disponíveis, entendendo os produtos em seus respectivos grupos conforme casos práticos de sucesso disponíveis.

Jorge citou a necessidade de integração entre as diretrizes dos demais grupos temáticos. A importância do miniprocessamento e processamento dos alimentos para a agregação de valor aos produtores.

Proposta: Incentivar e viabilizar instalações para os minimamente processados nas propriedades rurais independentemente do uso de ocupação dos solos e sob inspeção sanitária municipal.

Por fim, o grupo elenca as seguintes propostas para o eixo:

1. Tornar a área da APA Campinas uma área produtora de alimentos agroecológicos com direito ao pagamento de serviços ambientais- PSA (a serem aperfeiçoados) e ATER institucionalizada pelo município, contemplando as Boas Práticas Agrícolas gratuitas ao produtor rural.
2. Que o município busque uma rede de cooperação para assistir ao produtor em toda a cadeia de produção, comercialização e logística.
3. Priorizar o destino do composto municipal para produtores rurais\urbanos em conformidade com as exigências ambientais do município.
4. Capacitar os produtores rurais nas modalidades de aquisições públicas disponíveis entendendo os produtos em seus respectivos grupos e subgrupos conforme casos práticos bem-sucedidos.
5. Viabilizar a agroindústria de alimentos minimamente processados com atenção especial ao produtor rural, independentemente das restrições impostas pela Lei de Uso de Ocupação de Solos em sua respectiva localização no município.

➤ EIXO 3 – EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Moderadoras: Larissa Galastri Baraldi e Lilian Maria da Rocha

Reladoras: Gabriela Kaiser Fullin Castanho e Regina Esteves Jordão

Horário de início dos trabalhos: 13h30

Horário do fim dos trabalhos: 15h10

Número de participantes: 82

Processo de votação: por maioria simples

Maria Helena, coordenadora de nutrição da Secretaria Municipal de Educação (SME), explana sobre as alterações quanto à adição de açúcar para crianças de 0 a 3 anos, e também de produtos processados, industrializados da alimentação escolar. E sobre o incentivo do consumo de frutas, legumes e verduras nas escolas, educação alimentar e nutricional com professores (oficinas culinárias), mudança nos hábitos, e os resultados positivos alcançados no último ano.

Desde 2008, algumas escolas recebem alimentos da agricultura familiar, através de chamada pública, como produtos orgânicos (arroz, integral, parboilizado, suco de uva integral orgânico, iogurte). 90% das escolas têm o mesmo cardápio.

Vera Gurgel, nutricionista da SME, na área de EAN, relata uma experiência com atividade de EAN em escola. Proposta 1: Orientação ou regulação do comércio no entorno das escolas de alimentos ultra processados (23 votos).

Silvana Bernardo, da Pastoral da criança, propõe capacitação sobre hortas aos líderes comunitários, prática culinária com incentivo ao aproveitamento integral do alimento. Proposta 2: Realizar oficinas práticas com o tema de aproveitamento integral de alimentos com as famílias, dentro dos equipamentos públicos que essas famílias estão inseridas (34 votos).

Maria Camila, nutricionista da SMS, dentro da dificuldade do diagnóstico, indica uma proposta para colaboração com dados. Proposta 3: incentivar e gerar mecanismos para a implantação do SISVAN, por meio do e-SUS.

Glenys Mabel, propõe ter EAN dentro do currículo escolar, articulando a alimentação nas disciplinas e envolvendo os pais no processo da EAN. Também pontua a necessidade do diálogo entre SME e SMS. Proposta 4: Implementar a educação alimentar e nutricional de forma transversal no projeto pedagógico das escolas.

Tania, médica pediatra da SMS, contextualiza que já houve a tentativa de implementar o SISVAN, sendo importante retomar esse trabalho e essa proposta para dentro da secretaria. Proposta 5: Promover a intersetorialidade na PMC, a fim de criar Grupos de Trabalho para a EAN (28 votos).

Jomara, nutricionista da alimentação escolar. Proposta 6: Articular com o Estado medidas regulatórias dos alimentos consumidos durante a permanência do aluno na escola, além dos ofertados pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar.

Rye, nutricionista, era docente de faculdade. Experiência de Vinhedo, sempre que um empresário queria abrir uma cantina, tinha que obedecer a uma norma sobre o comércio de alimentos não saudáveis (exemplo salgadinho) e higiene, que era fiscalizada pela SMS.

Regina Jordão, Proposta 7: controle do comércio/propaganda em frente ao caixa de supermercados/mercados de alimentos ultra processados, principalmente de apelo infantil (26 votos).

Proposta 8: Focar em EAN com ênfase maior nas doenças crônicas não transmissíveis, em todas as faixas etárias. Utilizar as mídias para difundir a alimentação saudável, principalmente para esse foco (16 votos).

Promoção do aleitamento materno.

Ana Lucia, assistente social no CRAS, sugere uma maior atenção às famílias que podem estar em insegurança alimentar como, pensar na alimentação saudável e balanceada para aqueles que têm maior dificuldade ao acesso. Proposta 9: pensar de forma intersetorial, com os atores envolvidos, numa EAN focada em escolhas alimentares dentro da possibilidade de acesso da família 12 votos).

Cidinha, Caritas, trabalha com serviço de acolhimento com população em situação de rua. Proposta 10: Mapear as ações de EAN no município e fortalecer em todas as instâncias (9 votos).

Leticia, estudante de nutrição. Proposta 11: incentivo na divulgação do Guia Alimentar pela mídia em transportes urbanos, mídias sociais e locais públicos.

Patricia. Proposta 12: regulação ou orientação aos doadores e entidades, naves mães, núcleos e toda a rede socioassistencial sobre doações de alimentos, orientação sobre a qualidade dos alimentos doados, sendo preferencialmente os mais saudáveis.

Ao final, as 5 propostas mais votadas foram:

1. Incentivar e gerar mecanismos para a implantação do SISVAN, por meio do e-SUS. (votação: 38 pessoas)
2. Implementar a educação alimentar e nutricional de forma transversal no projeto pedagógico das escolas. (votação: 51 pessoas)
3. Articular com o Estado medidas regulatórias dos alimentos consumidos durante a permanência do aluno na escola, além dos ofertados pelo Programa Municipal de Alimentação Escolar. (votação: 51 pessoas)
4. Incentivar a divulgação do Guia Alimentar para a População Brasileira pela mídia em transportes urbanos, mídias sociais e locais públicos. (votação: 39 pessoas)
5. Regulação ou orientação aos doadores e entidades, naves mães, núcleos e toda a rede socioassistencial sobre doações de alimentos, orientação sobre a qualidade dos alimentos doados, sendo preferencialmente os mais saudáveis. (votação: 37 pessoas)

Após a discussão nos grupos, os participantes da Conferência se reúnem no auditório para:

- 1) Socialização e votação das propostas de cada eixo temático;
- 2) Apreciação e votação das moções.

Considerando a experiência dos profissionais, **Maria Carolina Becaro** e **Ana Cláudia da Silva Reis**, membros do COMSAN, chamam os senhores **Matheus Ifanger Albrecht** e **Leonardo Duart Bastos**, membros do CMAS Campinas, para comporem a mesa coordenadora e conduzirem os trabalhos da plenária final.

Primeiramente, os facilitadores relembram algumas das regras estabelecidas no Regimento Interno:

- As propostas que não forem destacadas serão consideradas aprovadas por unanimidade;
- Os delegados que queiram esclarecimento ou sugerir alteração no texto, devem pedir destaque, mencionando seu nome;
- Os propositores de destaques terão 01 (um) minuto para defesa da proposta e com direito a manifestação contrária de 01 (um) minuto, e será permitida réplica por 01(um) minuto e tréplica por 01 (um) minuto;
- No momento da votação, estará vetada a manifestação por questões de ordem;
- As moções deverão ser apresentadas por escrito à mesa coordenadora da Plenária Final, até às 16hs, devidamente assinadas por no mínimo 10% dos Delegados presentes na Conferência, não cabendo alterações, somente apreciação e votação.

Na sequência dos trabalhos, realiza-se a leitura das 5 propostas de cada eixo temático. A tabela abaixo demonstra as propostas aprovadas por unanimidade (sem destaque) e as propostas destacadas:

	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Proposta 1	Destaque	Aprovada	Aprovada
Proposta 2	Destaque	Aprovada	Aprovada
Proposta 3	Aprovada	Aprovada	Aprovada
Proposta 4	Aprovada	Aprovada	Aprovada
Proposta 5	Aprovada	Destaque	Destaque

A seguir, descreve-se o processo de apreciação e votação das propostas destacadas:

Eixo 1 – Proposta 1:

O delegado argumenta que não seria exequível a equiparação do valor até 2023 e sugere o prazo de 10 anos, alterando o texto para “até 2029, corrigida pela UFIC”.

Outra delegada defende a manutenção do prazo, pois orçamento é uma questão de escolha e estamos lutando pelo direito à segurança alimentar e nutricional, em uma conjuntura de aumento da fome.

O delegado explica que o Programa Nutrir Campinas é um programa de complementação de renda e, isoladamente, não solucionará o problema da fome. Como foi dito no período da manhã, grande parte das famílias atendidas pelo programa também são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Reitera não ser realista o aumento do repasse (mais 100 milhões de reais) até 2023.

A delegada coloca que as pessoas não conseguirão esperar até 2029. Os serviços têm se deparado com muitas famílias relatando não ter o que comer.

Realiza-se o processo de votação pela manutenção do texto original, onde 53 delegados manifestaram-se a favor, 12 contrários e 1 se absteve. Dessa maneira a proposta é mantida com a redação original.

Eixo 1 – Proposta 2:

Duas delegadas pediram destaque. A primeira sugere a substituição do nome da Secretaria para “*Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Segurança Alimentar*”, pois agrega os diferentes atores que atuam em interface, além de manter a deliberação da I Conferência. A segunda ressalta a importância de investimento orçamentário na política de segurança alimentar.

Nenhum outro delegado se manifesta.

A proposta de alteração é colocada em votação e aprovada por contraste, assim como a nova redação.

Eixo 2 – Proposta 5:

A delegada pede esclarecimento da proposta para compreendê-la melhor.

Uma pessoa do grupo de discussão do eixo 2 esclarece que a proposta está baseada no fato de que todo produtor (urbano e rural) não pode, ainda que seja exportador, produzir qualquer produto processado em razão da impossibilidade de concessão do alvará de natureza sanitária, em função da lei de uso e ocupação do solo. Assim, a proposta visa oportunizar que este produtor de alimento possa agregar valor ao seu produto sem infringir as leis.

Após a explicação, a delegada sugere acrescentar a questão do Sistema de Inspeção Municipal (SIM) com a seguinte citação “*e sujeitando-se à inspeção sanitária municipal*”.

A proposta de alteração é colocada em votação e aprovada por contraste, assim como a nova redação.

Eixo 3 – Proposta 5:

A delegada sugere a supressão do trecho “*nave mãe*” do texto, pois foi citado equivocadamente, visto que cabe a prefeitura auxiliar este serviço no processo de controle.

Nenhum outro delegado fez a defesa da manutenção do texto.

Colocada em votação, por maioria dos votos, o texto é alterado.

O quadro abaixo sintetiza a apreciação e votação da plenária:

	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
Proposta 1	Aprovada (manutenção do texto original)	Aprovada	Aprovada
Proposta 2	Aprovada (com alteração de redação)	Aprovada	Aprovada
Proposta 3	Aprovada	Aprovada	Aprovada
Proposta 4	Aprovada	Aprovada	Aprovada
Proposta 5	Aprovada	Aprovada (com alteração de redação)	Aprovada (com alteração de redação)

Aprovada as propostas (ANEXO VII), a mesa anuncia que somente 1 moção de recomendação foi apresentada, com 20 assinaturas, satisfazendo os critérios do regimento, e procede-se sua leitura. A moção recomenda a concessão de vale transporte e almoço aos participantes da Conferência, sobretudo para os(as) usuários(as) dos serviços. Em seguida, realiza-se o processo de votação, onde 34 delegados manifestaram-se a favor, 4 contrários e 15 se abstiveram. Dessa maneira a moção foi aprovada.

ENCERRAMENTO

Após a leitura das moções, **Maria Carolina Becaro** manifesta seus agradecimentos à Matheus, Leonardo, todos os colaboradores e participantes, e pede que as avaliações sejam entregues aos conselheiros na saída do auditório.

Dado por encerrado os trabalhos, a presidente do COMSAN informa que o relatório final será apreciado por todos os membros do Conselho e depois encaminhado formalmente para o CAISAN Municipal para os encaminhamentos necessários para elaboração e efetivação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

AVALIAÇÃO

Por meio de uma ficha de avaliação (ANEXO VIII), realizou-se uma pesquisa com os participantes acerca da Conferência. A tabela abaixo retrata a opinião das 47 pessoas que responderam ao questionário:

	<i>Muito Bom</i>	<i>Bom</i>	<i>Regular</i>	<i>Ruim</i>	<i>Não respondido</i>
Divulgação	6	31	9	1	1
Local de realização	27	19	1	0	0
Acessibilidade	20	25	1	1	0
Tempo das palestras	12	27	7	1	0
Conteúdo das palestras	21	23	3	0	0
Tempo para debates	12	27	7	1	0
Discussão nos Eixos	9	33	3	0	2
Organização	16	30	1	0	0
Condução da Plenária	19	26	1	0	1

No campo sugestão foi apontado:

- “Mobilizar alguns segmentos como produtores do Município”
- Referente ao tempo de palestra: “ao invés 10 poderia 20 de palestra/ os palestrantes correram com o assunto”
- “O tempo estimado para as palestras deveria ser maior, principalmente as duas primeiras que abordaram temas bem importantes”
- “Opções de local para aquisição de refeição no local do evento, sem necessidade deslocamento”
- “Almoço”
- “Que seja fornecido transporte e almoço para todos/as participantes da conferência, sobretudo usuários/as dos serviços públicos que compõem”
- “+ tempo eixo”
- “+ tempo para discussão dos eixos”
- “O tempo para debate e discussão nos eixos poderia ser aumentado”
- “Manter ativa as discussões”

No campo críticas e/ou elogios foi indicado:

- “Parabéns pelo evento”
- “Elogio a organização da conferência”
- “Os itens regulares seriam melhor pontuados se o cronograma fosse seguido conforme a programação apresentada”
- “Gostaria de parabenizar os conteúdos das palestras todos foram ótimos”
- “Elogio a organização da conferência pelo desafio de ser organizar esse importante espaço de participação social na conjuntura política e econômica”
- “A questão das acessibilidades arquitetônicas e de comunicação precisam ser consideradas na próxima”
- “Parabéns a equipe!!”
- “Parabéns para toda a organização. O evento foi profissionalíssimo”
- “Foi uma conferência composta majoritariamente por estudantes e profissionais, penso que para se caracterizar como uma conferência, de fato, é necessário aumentar e potencializar a participação da população usuária da política”